



*Supremo Tribunal de Justiça*

*O Presidente*

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE  
DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NA CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE  
DO PRESIDENTE  
DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

16 DE JULHO DE 2008



## *Supremo Tribunal de Justiça*

*O Presidente*

Na sequência normal dos mandatos que temporariamente se renovam segundo o espírito das sociedades democráticas, encontramos-nos hoje, aqui, para o reinício de um novo ciclo: o ciclo da presidência do Tribunal da Relação de Lisboa.

Daí que, antes de mais, as minhas primeiras palavras se dirijam a si, Senhor Desembargador Luís Vaz das Neves: porque findou um mandato para o qual os seus Colegas o haviam escolhido e porque mereceu de novo a preferência e a escolha deles para o novo mandato que se abre.

Quando isso acontece o significado de uma eleição aparece descodificado na visibilidade dos números que a votação põe perante os olhos de todos; o que quer dizer que, neste caso, a consensualidade que V. Exa. conseguiu fala por si sem necessidade de interpretações adicionais.

V. Exa. tem sido e vai continuar a ser o presidente de um Tribunal Superior, algo que assume - cada vez mais - uma conotação específica nos tempos que se avizinham.

Refiro-me muito concretamente à ideia, que vai fazendo carreira cada vez mais, de que o presidente de um Tribunal deve ser essencialmente um líder sem que com isto se confira a esta palavra um assomo de autoritarismo.



## *Supremo Tribunal de Justiça*

*O Presidente*

Aquando dos colóquios realizados em Leiria, em Janeiro de 2003, sob a égide do Conselho Superior da Magistratura (C.S.M.) e conexionados com a gestão dos Tribunais, o Prof. Albino Lopes, na sua intervenção, acentuou que o maior problema dos Tribunais era o da falta de liderança.

E, na verdade, a reforma implementada em 1987 veio instalar no interior do Judiciário uma série de compartimentos estanques como se não houvesse complementaridade entre eles, e de que o mais visível foi a quebra da relação disciplinar entre juízes e funcionários com todas as sequelas profundas e voláteis que se arrastaram por mais de uma década.

Hoje estamos em vias de sanar definitivamente essa mazela.

Depois de uma primeira correcção operada em 2001 com a reinstauração da hierarquia disciplinar encimada pelo C. S. M. em relação ao C.O.J., a recente lei orgânica dos Tribunais veio repor as coisas nos seus devidos termos: à uma, introduzindo na 1.<sup>a</sup> instância a figura do juiz-presidente que será, manifestamente, o líder de que falava o Prof. Albino Lopes; de outra parte, conferindo ao C.S.M. o papel proeminente que há muito deveria ter, e que alguns acidentes de percurso apenas se limitaram a retardar.



# *Supremo Tribunal de Justiça*

*O Presidente*

O tempo corrige sempre os enganos do Homem; e, neste caso, essa regra imutável cumpriu-se também.

Os Tribunais Superiores (sejam eles um Supremo ou um Tribunal da Relação) são geridos, de há anos, segundo o mesmo modelo que vai ser replicado para a 1.<sup>a</sup> instância, o que nos permite concluir que, nesta, vamos ter um sistema de administração já experimentado mas transposto agora para uma escala espacial maior.

A isto adiciona-se, contudo, um elemento novo: o papel acrescido atribuído ao C.S.M. como verdadeiro pivot que terá que ser do Judiciário português no seu conjunto.

O C.S.M. passa a ter a latitude suficiente para desempenhar esse novo papel, já que lhe compete a escolha do presidente das comarcas de 1.<sup>a</sup> instância de acordo com um critério indiscutível.

Quem se lembrar das causas do fracasso dos Tribunais de Instrução Criminal nos anos 80 que o código de processo penal sentenciou de vez em 1987, não pode deixar de concluir que o novo presidente das comarcas de 1.<sup>a</sup> instância terá que ser escolhido entre juízes de círculo ou juízes desembargadores, segundo o prudente arbítrio do C.S.M. em cada caso concreto.



## *Supremo Tribunal de Justiça*

*O Presidente*

Porque nisto, como em muitas outras coisas, a memória do passado é o primeiro passo para evitar asneiras no presente.

Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa:

Os últimos tempos têm assistido a afirmações inqualificáveis acerca dos juízes portugueses provindas de quem, afinal está demonstrando uma evidente falta de cultura que se suporia existir em quem é investido ou eleito em determinados cargos; porque cultura, na senda da velha tradição francesa, é aquilo que fica depois de se ter esquecido o que se aprendeu.

Um provérbio popular muito antigo diz que “tudo o que é demais é moléstia”; o que quer dizer que quando a moléstia se instala ela tem que ser debelada com firmeza por um aparelho imunitário são, sob pena de potenciar a decomposição do paciente.

Daí que moléstias destas sejam tudo menos nossas (a quem se pretende atingir) e mais daqueles que, talvez por engano, escolheram quem os representasse e dá da classe, afinal, a fotografia distorcida que nós próprios, juízes, não reconhecemos.

Mas o que se tem passado, traz à luz do dia aquilo que, de há muito, venho defendendo com a animosidade surda de muitas classes profissionais: a necessidade, cada vez maior, de se



## *Supremo Tribunal de Justiça*

*O Presidente*

estruturar - em relação a profissões com peso social relevante - um órgão de gestão disciplinar com poderes sancionatórios efectivos e com uma composição democrática abrangendo quer representantes profissionais quer membros provindos da sociedade civil e de órgãos políticos de sufrágio directo.

Enquanto isso não suceder, continuaremos envolvidos numa teia de compromissos corporativos que de vez em quando explode em manifestações bizarras e marginais como aquelas a que temos recentemente assistido.

É tempo de terminar, Senhor Presidente: para lhe garantir o meu apoio se dele, eventualmente, necessitar, e para lhe dizer que conto não apenas com o seu, mas também com a sua sagesa para a resolução comum dos problemas que o Judiciário português enfrenta.

Luís António Noronha Nascimento

16 de Julho de 2008